

**PRR, IGREJA CATÓLICA E ESCOLAS LASSALISTAS:
PROJETOS PARA A FORMAÇÃO DE UM NOVO HOMEM E PARA A
REGENERAÇÃO DA SOCIEDADE SUL-RIO-GRANDENSE**

Cleusa Maria Gomes Graebin



RESUMO: O trabalho tem por objetivos analisar os fundamentos da reorganização do sistema escolar no Rio Grande do Sul sob o governo do Partido Republicano Riograndense (PRR) e verificar a forma de inserção das escolas lassalistas num contexto em que tanto as autoridades políticas como eclesiásticas estavam desenvolvendo projetos para a formação de um novo homem e regeneração da sociedade. Metodologicamente, situa-se no campo da História da Educação, recorrendo a diferentes fontes documentais, nas quais foram buscados elementos para a compreensão do objeto em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Positivismismo; Igreja Católica; Escolas Lassalistas.

ABSTRACT: The work has as objectives to analyze the beddings of the reorganization of the school system of the *Rio Grande do Sul* state ("Big River of the South"), under the government of the Rio Grande Republican Party (PPR) and to verify the forms of insertion of the Lasallian schools in a context where both the political and the ecclesiastic authorities were developing projects for the formation of a new men and regeneration of the society. Methodologically, it's situated in the field of the History of Education, evoking different documental sources, in which elements for the comprehension of the object in study were searched.

KEYWORDS: Education; Positivism; Catholic Church; Lasallian Schools.



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A investigação que gerou este artigo situa-se no campo da história da educação e está voltada para analisar os fundamentos da reorganização do sistema escolar no Rio Grande do Sul sob o governo do Partido Republicano Riograndense (PRR). Busca, também, verificar a forma pela qual a criação das escolas do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (Irmãos Lassalistas), inseriu-se naquela dinâmica, levando-se em conta que as forças políticas no poder, seguidoras do positivismo, deveriam, por princípio, combater e proibir a instalação de estabelecimentos de ensino pertencentes à congregação religiosa católica.

Metodologicamente, a pesquisa apoiou-se em fontes primárias manuscritas e impressas, fontes bibliográficas e documentos disponíveis em meio virtual. O recorte temporal foi delimitado entre 1897 e 1930, período que compreende o início da reorganização do sistema de ensino no Estado do Rio Grande do Sul — por meio do Decreto n° 89, de 02 de fevereiro de 1897, promulgado pelo governo de Júlio Prates de Castilhos —, e o advento da Revolução de 1930, responsável por alterações na estrutura econômica, na formação social e, conseqüentemente, na trajetória da educação brasileira.

O artigo estrutura-se da seguinte maneira: em primeiro lugar são tecidas breves considerações sobre a reorganização do ensino no Brasil, enfatizando o contexto do Rio Grande do Sul. São discutidos os projetos das autoridades políticas e eclesiásticas constituídas no Estado para a reorganização e regeneração da sociedade sul-rio-grandense,

ambos tendo a educação como elemento fundamental. Analisa-se, também, a relação entre a Igreja Católica e o PRR. Em seguida, aborda-se a criação das escolas lassalistas durante o período de 1907 a 1930, buscando apontar os pontos de convergência entre os projetos do PRR e da Igreja Católica para a educação. Para finalizar, aborda-se o pressuposto fundamental em que se apoiavam tanto católicos como positivistas, guardadas as diferenças filosóficas: a educação e a escola constituíam-se como meios de regenerar a sociedade e formar um novo homem.

A justificativa dessa pesquisa prende-se ao fato de que, embora existam louváveis iniciativas de trabalhar com temáticas sobre a história da educação no Rio Grande do Sul, no período abordado, muito está ainda por ser feito. O trabalho pretende constituir-se como contribuição para esses estudos.¹

2. A ARMA DA NOVA SOCIEDADE É A EDUCAÇÃO

Durante o período de passagem do regime brasileiro, de Império para República, imprimiram-se novos rumos e direções para o país. Segundo Schueler (1999), a sociedade e o Estado repensavam a si mesmos, buscando soluções para os impasses, projetos e estratégias para a reconstrução da nação, reorganização política e reestruturação das relações sociais. A educação de crianças e jovens, que desde meados do século XIX, era objeto de teses médicas, jurídicas, pedagógicas e psicológicas continuava a ser vista como fundamental para forjar ideal de nacionalidade. Para tanto, era necessário enfatizar nos currículos, a instrução e formação moral, consideradas como elementos estratégicos para a reconstrução do Brasil. Era preciso disciplinar as massas, tornando objetivas as condições de levar o Brasil para o progresso através da

ordem. Esta era a meta dos idealizadores da república brasileira, em grande parte, fundamentados em pressupostos positivistas.

O país enfrentava sérios problemas educacionais que iam desde a carência de estabelecimentos de ensino, abandono da educação popular, deficiência de professores e má qualificação profissional. A fim de organizar o sistema educacional e torná-lo eficiente, a Constituição de 1891 instituiu que à União competiria legislar privativamente sobre o ensino superior na capital da República, cabendo-lhe, mas não privativamente, criar instituições de ensino secundário nos Estados e promover a instrução no Distrito Federal. Os Estados poderiam organizar sistemas escolares completos.²

Partindo dessas premissas constitucionais, o governo³ do Rio Grande do Sul, iniciou a montagem do seu sistema educacional. Com a Constituição estadual (1891), bem próxima dos princípios doutrinários positivistas — e que em muitos pontos se chocava com a federal —, procurava dar cumprimento à divisa que desde a mocidade tomara de assalto o espírito de Comte, ou seja, incorporar o proletariado à sociedade moderna, tendo o moralismo como uma nota característica (DICIONÁRIO, 1987, p. 944). O Estado constituiu-se como o reduto mais radical e extremado do positivismo social e político no Brasil.

A organização política do Rio Grande do Sul, fundamentada em postulados positivistas, deveu-se a Júlio de Castilhos que adquiriu os primeiros conhecimentos da doutrina filosófica e política de Auguste Comte na Academia de Direito de São Paulo. O aprofundamento foi obtido através da assistência (como deputado a primeira Constituinte), às conferências públicas de Teixeira Mendes (em fins de 1890), em visitas constantes ao Apostolado Positivista (Rio de Janeiro) e na leitura das *Bases de uma*

Constituição Política Ditatorial Federativa para a República Brasileira, de Miguel Lemos e Teixeira Mendes, sugerida ao Governo Provisório da República (1889-1891).

Na manifestação de Júlio de Castilhos sobre o Partido Republicano Riograndense (PRR), através do jornal *A Federação*, pode-se perceber a influência da doutrina positivista em seu ideário político:

O partido republicano rio-grandense tem de vencer, pela irresistível força de uma lei natural, pela sua composição interna, pela fina qualidade e quantidade respeitável de seus elementos, enfim, pela severa educação política e filosófica (11/04/1892).

Os líderes deveriam ter retidão moral, pureza de intenções e o Partido dotado de coesão ideária. Júlio de Castilhos apropriou-se de todo um conjunto de premissas positivistas, adaptando-as à realidade rio-grandense, resguardando a liberdade de movimento na aplicação das mesmas.

Assim que, na montagem do sistema educacional, o PRR tomou fundamentos de Comte, para quem a educação permitia que cada geração pudesse se beneficiar dos conhecimentos adquiridos pelas gerações anteriores, contribuindo, por sua vez, para que as gerações posteriores se desenvolvessem, cumprindo o destino final da humanidade, o de atingir o estado positivo. Pela educação, se transmitiria, se conservaria e se controlaria o conhecimento. Educar era ação contínua sobre o ser humano, tendo como fim torná-lo apto para o serviço da humanidade (COMTE, 1883, p. 258-259).

Dessa forma, para o PRR, a educação pública adquiria uma importância vital, pois seria o único meio racional para fazer aflorar as aptidões individuais e desenvolvê-las de forma conveniente. A escola seria o espaço onde

a direção intelectual e moral produziria indivíduos que reproduziriam, na vida real, uma sociedade onde a anarquia fosse suplantada pela ordem e pela prosperidade e se desenvolvesse o senso do dever, da obediência, do sacrifício em prol da felicidade humana. O documento do PRR, *Bases para o programa dos candidatos republicanos*, indicava que o destino político da escola era “dar base intelectual para o cumprimento do dever social” (OSÓRIO, 1930, p. 26).

Na Constituição Estadual de 1981 ficou estabelecido que o ensino era livre. Para o PRR, valia a premissa de que no Rio Grande do Sul, “ensine quem souber e quiser — e como puder” (RODRIGUEZ, 1980, p. 23). Este pilar ideológico e a defesa da “boa imigração espontânea” (OSÓRIO, 1930, p. 22), possibilitaram a vinda de membros de congregações e ordens confessionais católicas de diversos países, as quais fundaram e desenvolveram escolas, tanto no meio rural quanto urbano.

Além das facilidades que eram postas pela legislação para o ensino confessional católico, as relações entre a igreja e os governantes eram cordiais e, em muitos aspectos, de colaboração mútua. Júlio de Castilhos afirmava que fazia “profunda reverência à fé católica” e que:

[...] no alvorecer da minha adolescência, empreendi timidamente o estudo lento dos livros portentosos do Mestre dos Mestres - Augusto Comte, cujos inexcusáveis ensinamentos, elucidando cientificamente a legitimidade histórica e a benemerência da religião católica, que, aliás, desde o berço nutria os sentimentos da minha infância, fizeram ressaltar, com sabedoria genial, soberana e imponente eloquência, a imensa grandeza moral da missão fecundante exercida na evolução humana pelo Catolicismo (CASTILHOS *apud* ROSA, 1930, p. 497-500).

Os membros do PRR respeitavam a força social da Igreja Católica e concordavam com as estratégias por esta utilizadas para a formação moral das massas. “Para termos homens é preciso formá-los” dizia D. João Becker, Arcebispo de Porto Alegre (UNITAS, 1921, p. 14). Então, naquele momento de implantação de nova ordem sócio-política, era fundamental contar com o apoio da Igreja na tarefa de, através da educação, imprimir novas maneiras de pensar e agir nas futuras gerações que teriam nas mãos o governo da sociedade. O homem, segundo D. João Becker, “salvará ou deitará a perder a sociedade consoante os princípios e costumes o dominarem” (UNITAS, 1921, p. 12).

Outro dado a considerar era a ampla penetração da Igreja Católica no campo e nas cidades. Ao favorecer a Igreja, o PRR contava conquistar o apoio político dos fiéis. Para a Igreja, colaborar com o poder político constituído significava ter liberdade para transitar em todos os cantos e recônditos do Estado. A união de esforços do poder religioso e do político resultaria na regeneração da sociedade por meio da educação. Esta seria, segundo as autoridades políticas e eclesiásticas, a variável modernizadora e elemento da regeneração moral do Rio Grande do Sul. Embora separada do Estado, a Igreja Católica, segundo D. João Becker, estava ao lado do poder temporal, consagrando-lhe “seu auxílio moral” (GIOLO, 2007, p. 2).

2. ENSINE QUEM SOUBER E QUISER — E COMO PUDER: OS LASSALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL (1907-1930)

Foi nesse contexto que se deu a chegada dos Irmãos Lassalistas⁴ ao Rio Grande do Sul, em 1907, com a tarefa de criação das escolas. Legalmente, isto estava de acordo com o

disposto na Constituição de 14/7/1891, § 7º do artigo 71: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”. Os Irmãos constituíram, então, entidade jurídica para sua obra educacional cujo nome, com certeza, deve ter agradado ao poder político constituído: Sociedade Porvir Científico.

O ensino lassalista procurava estar de acordo com os programas vigentes. Entre 1897 e 1906, havia sido reorganizada e regulamentada a instrução pública no Estado, sendo estes parâmetros indicados, também, para as escolas da iniciativa privada. As escolas lassalistas ofereciam os cursos: preliminar, elementar e complementar, comercial ou agrícola, dependendo do local onde estavam inseridas. Os programas tinham acento na área científica e profissional. Isto ia ao encontro do posicionamento de dois líderes políticos do PRR, Borges de Medeiros e Carlos Barbosa. Em mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, em 1900, o então presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros afirmava:

A escola não deve ser apenas o primeiro foco da educação espiritual. Desenvolvendo as faculdades físicas e intelectuais do alumno, ella deve ao mesmo tempo ministrar os conhecimentos rudimentares mais essenciaes á aprendizagem de qualquer profissão technica ou profissional (20/09/1900, p. 10).

Da mesma forma, Carlos Barbosa, presidente do Rio Grande do Sul em 1909, acreditava que as escolas deveriam estar, “... facilitando [...] a educação profissional, tão esmeradamente cuidada em todos os paizes, onde a instrução primaria é o mais constante pensamento dos governos” (1909, p. 12-13).

As escolas lassalistas criadas de 1907 a 1930, na sua maior parte, eram voltadas para o ensino de crianças e jovens das classes menos favorecidas. Ao oferecer, além da formação científica, humanista e moral, desenho, noções de agricultura e arboricultura, escrituração mercantil e estenografia, como disciplinas integrantes dos programas dos cursos, estavam contribuindo para a formação de trabalhadores com alguma qualificação para o mercado de trabalho. Isto se adequava plenamente ao projeto de sociedade que o PRR intentava construir.

Os lassalistas estavam fundamentados no ideário de seu fundador, João Batista de La Salle que já em 1705, abrira na cidade de Rouen (França) aulas que dariam origem aos cursos de artes e ofícios e às escolas de comércio. Os “positivistas sul-rio-grandenses” “acreditavam como Comte que a educação significava um sistema de idéias e hábitos que preparasse o indivíduo para a ordem social na qual desempenharia determinada função social, exercendo papel importante no desenvolvimento da sociedade para o progresso” (GRAEBIN, 1998, p. 138). Desta maneira havia convergência nas perspectivas da Igreja Católica, dos lassalistas e do PRR, ou seja, capacitar os indivíduos moral e profissionalmente a fim de se tornarem elementos úteis para a sociedade.



Assim estimulados, os lassalistas envolveram-se na criação e manutenção de escolas que vieram a formar considerável rede de ensino no Rio Grande do Sul. Estas atendiam tanto à formação das futuras elites dirigentes quanto à de trabalhadores. A seguir, alguns exemplos de escolas que visavam à formação e qualificação para o mundo do trabalho.

QUADRO DESCRITIVO DA CRIAÇÃO DE ESCOLAS LASSALISTAS NO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: COMPAGNONI, 1980.

Analisando as motivações para a criação das escolas nas décadas de 1910 e 1920, percebe-se a preocupação dos lassalistas em formarem o que definiam como bons cidadãos para o Estado. Como já foi observado, os programas escolares procuravam dar ênfase às ciências e à formação técnico-profissional, atendendo às expectativas do governo vigente de contar com trabalhadores disciplinados, honrados e leais que produzissem riqueza. O progresso da pátria passava pela educação e a ação lassalista, a exemplo de outras ordens e congregações, acrescentava ao ensino profissional uma sólida formação moral. Era o que os “positivistas sul-rio-grandenses” chamavam de “educação viril, formando bons cidadãos” (GRAEBIN, 1998, p. 166).

A importância que as autoridades constituídas consagravam à educação pode ser verificada em Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, na qual o Presidente do Estado, Dr. Carlos Barbosa, afirmava:

Verdades há que, à força de serem repetidas, cansam a quem as ouve; outras há, contudo, que por muito sãs, serão eternamente ditas e do mesmo modo, sem que, entretanto, contra ellas ousemos protestar. O melhor de todos os bens é a instrução; aperfeiçoando o indivíduo physica, intellectual e moralmente, não só o torna apto e disposto às luctas que a vida impõe. Como coopera efficazmente para o engrandecimento da Pátria. Tal foi o escopo dos governos que me antecederam, dispendendo annualmente com a instrução a melhor e maior parte de suas rendas. Seguir-lhes-ei o alevantado exemplo, conservando, melhorando, firmemente convicto de merecer os applausos unânimes de minha terra (20/09/1908, p. 13-14).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras décadas do século XX, a maior parte da população sul-rio-grandense era analfabeta e despreparada para integrar-se ao projeto do PRR de construção de uma nova ordem social. Os membros do partido, apoiados em pressupostos positivistas, entendiam que para atingir os seus objetivos, isto é, retirar o Rio Grande do Sul do atraso e promover o progresso, a educação e a escola seriam meios fundamentais. Através de ensino que primasse por sólida formação moral e qualificação para o trabalho, as novas gerações viriam a contribuir para o desenvolvimento social.

A Igreja Católica, separada do Estado, na instauração do regime republicano, teve de adaptar-se à nova realidade, reorganizando-se e procurando atingir o maior número possível de indivíduos. Para tanto, convocou agentes e fundou instituições onde seu ideário fosse difundido. As congregações e ordens confessionais foram os agentes, e os meios foram a educação e a escola. Nesse contexto se inseriram a educação e as escolas lassalistas.

Desde a sua fundação, os lassalistas voltavam-se para a educação e evangelização de crianças e jovens das classes menos favorecidas, com cursos nos quais não só ensinavam a ler, escrever e valores morais e cristãos, como também qualificavam profissionalmente seus alunos.

No Rio Grande do Sul, beneficiados pelo bom relacionamento entre governo e igreja, os lassalistas puderam criar e expandir suas escolas. As autoridades políticas no poder, embora se movendo com orientação positivista, não eram anticlericais. Respeitavam a força de penetração da Igreja Católica e, como procuravam a coesão social necessária para implantar um Estado forte e autoritário, mantiveram com as autoridades eclesiásticas

um relacionamento de respeito mútuo e colaboração. Esta relação trouxe, também, benefícios para a igreja, possibilitando que atingisse todos os recantos do Rio Grande do Sul. As escolas lassalistas colaboraram tanto no projeto da Igreja de regeneração da sociedade, como no do PRR, ou seja, na construção de uma nova ordem social. A formação moral e cristã, preparação para a vida e para o trabalho, de dirigentes e de operários, concorriam para o que era entendido, na época, como modernização da sociedade. Os lassalistas estariam colaborando para a constituição de uma elite confiável que garantisse a criação e não a subversão da ordem, bem como formariam operários disciplinados que auxiliassem a sociedade sul-rio-grandense na sua marcha para o progresso. Pode-se inferir, a partir do exposto, o sucesso da obra educativa lassalista nas três primeiras décadas do século XX, o que serviu de base para a expansão de suas escolas por outras regiões brasileiras.

T & M

Texto recebido em março de 2006.

Aprovado para publicação em julho de 2006.

5. SOBRE A AUTORA

Cleusa Maria Gomes Graebin é Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos, São Leopoldo - RS). Coordenadora do Museu e Arquivo Histórico La Salle (UNILASALLE, Canoas - RS). Professora do Curso de História (UNILASALLE). Professora do Curso de Especialização em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UNILASALLE). Pesquisadora Voluntária do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Pesquisa sobre a História da Educação no Rio Grande do Sul no período castilhistista e sobre os açorianos no Rio Grande do Sul (CNPq e Fapergs). Endereço eletrônico: cleusagr@terra.com.br.



6. NOTAS

1. Entre as produções e projetos de pesquisa no campo da historiografia sobre a educação no Rio Grande do Sul, podem ser citadas as seguintes referências: ♦ TAMBARA, Elomar. *A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. 1991. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ♦ SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, EST, 1993; ♦ GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Igreja, poder e educação: os Lassalistas na América Latina (1900 a 1930)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Unisinos. São Leopoldo, 1998; ♦ KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991; ♦ BASTOS, Maria Helena Camara; KREUTZ, Lúcio; TAMBARA, Elomar (Org.) *Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Seiva, 2002; ♦ STEPHANOU, Maria. *Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ♦ CORSETTI, Berenice. *Controle e ufanismo. A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. Santa Maria, 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria; ♦ GIOLO, Jaime. *Estado, Igreja e Educação no RS na Primeira República*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo; ♦ Projeto de Extensão “Memória da Cartilha”. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <www.ufrgs.br/faced/extensao/memoria>. Acesso em: 15/02/2005. GRAEBIN, Cleusa M. G.; PENNA, Rejane S. (Coord.). “Projeto de Pesquisa Memória Lassalista” (Organização de acervo sonoro e visual sobre a memória lassalista no Rio Grande do Sul). Disponível em: <www.unilasalle.edu.br/museu/memoria>. Acesso em: 15/02/2005.

2. O sistema educacional, com o advento da República (1889), passou a ser organizado com um forte acento no ideário de Benjamin Constant. Os princípios orientadores eram a liberdade, a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. Estes seguiam o que estava estipulado na Constituição brasileira de 1891. Uma das intenções da Reforma Benjamin Constant era substituir a predominância da instrução literária pela científica.

3. Encontrava-se no poder o Partido Republicano Riograndense (PRR), o qual havia eleito todos os representantes para a Assembléia Nacional Constituinte, em 1890. Em 1891, elegeu também todos os representantes da assembléia estadual, sendo Júlio de Castilhos escolhido para a presidência do Estado. O PRR assumiu o controle social e político, tornando-se dono absoluto do poder executivo rio-grandense de 1889 a 1930.

4. Os Irmãos Lassalistas, assim conhecidos no Brasil, integram a congregação religiosa Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, criado na França, em 1684, pelo padre João Batista de La Salle. Sobre este tema, consulte: GRAEBIN, 1998.



GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. "PRR, Igreja Católica e escolas lassalistas: projetos para a formação de um novo homem e para a regeneração da sociedade sul-rio-grandense". *Revista Temas & Matizes* - Unioeste - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - Vol. 5 - Nº 9 - 1º Semestre de 2006, p. 25-34.

6. REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Carlos. **Mensagem a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul**. 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura. 20/09/1909. Porto Alegre: Oficinas da Livraria do Globo, 1909.
- . **Mensagem a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul**. 4ª sessão ordinária da 5ª legislatura. 20/09/1908. Porto Alegre: Oficinas da Livraria do Globo, 1908.
- BECKER, D. João. Instalação do Apostolado dos Homens. In: **Pastoral UNITAS**, nº 1, Jan., 1921.
- CASTILHOS, Júlio de. Carta à Devoção do Menino Deus. In ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos (perfil biográfico e escritos políticos)**. Porto Alegre: Globo, 1930, p. 497-500.
- . **A Federação**, 11/04/1892.
- COMPAGNONI, Ivo. **História dos Irmãos Lassalistas no Brasil**. Canoas: Gráfica e Ed. La Salle, 1980.
- COMTE, Auguste. **Opuscules de philosophie sociale (1819-1928)**. Paris, Leroux, 1883.
- DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Documentação 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p. 944.
- GIOLO, Jaime. **Estado & Igreja na implantação da República gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo**. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/27/gt02/t023.pdf>. Acesso em: 13. jan. 2007.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Igreja, poder e educação: os lassalistas na América Latina (1900 a 1930)**. Dissertação (Mestrado em História). Unisinos. São Leopoldo, 1998.
- MEDEIROS, Antonio Augusto Borges de. **Mensagem enviada a Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul**. 4ª sessão ordinária da 3ª legislatura. 20 de setembro de 1900. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1900.
- MENDES, Teixeira. **A pátria brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro, 1902, p.28-30.
- NUNES, César. Economia, educação e sociedade: matrizes políticas e estigmas culturais da administração escolar no Brasil. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. especial, p. 36-53, ago. 2006.
- OSÓRIO, Joaquim Luis. **Partidos Políticos no Rio Grande do Sul: período republicano**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930.
- PARECER da Assembléia dos Representantes do Estado do RS. Livro Histórico do Instituto São José (1908-1949). Documento manuscrito. Acervo do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Canoas.
- POSITIVISMO e indústria. In: **Revista Amanhã**. Porto Alegre, Plural Comunicação, ano X, n.º 111, set./1996.
- RODRIGUEZ, Ricardo. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1980.
- SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. "Crianças e escolas na passagem do Império para a República". **Rev. Bras. Hist.** vol.19, n.37, São Paulo, Set./1999.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REVISTA TEMAS & MATIZES

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber